

TENSÃO POLÍTICA BAIXA DE TOM



“Estamos pagando o preço de ser livres”

-disse Costa Gomes ao País

A esperança de que «estamos pagando o preço de ser livres, e apenas isso», foi ontem manifestada pelo Presidente da República num breve discurso transmitido em directo pelas estações de Rádio pouco depois das 20 horas e uma hora mais tarde em diferido pela RTP, pondo termo a toda uma tarde marcada por crescentes rumores que apontavam para alegados (e alegadamente insanáveis) conflitos no seio do MFA e particularmente ao nível do Conselho da Revolução

«Não nego a existência de correntes de opinião entre militares, como homens livres de um Povo que se realiza» — declarou a propósito o general Costa Gomes — «Não negaria que, felizmente, temos o hábito de discutir livremente com a serena certeza de que no curso dos trabalhos sempre encontramos uma solução útil».

Os primeiros sinais de tensão haviam chegado até ao nosso jornal por volta das 15 horas, quando foi conhecida a mobilização de trabalhadores para os sindicatos feita pela Intersindical. Logo de seguida

falou-se em movimentos anormais de tropas (desmentidos pelas autoridades militares), pugilato na Assembleia Constituinte (desmentido pelo próprio repórter ali de serviço), enfim, agitação nas ruas possível ao princípio da noite (desmentida pela nitida acalmia da situação, após a transmissão do discurso de Costa Gomes).

No Conselho de Ministros eram entretanto decididas algumas importantes medidas de fundo no quadro da Reforma Agrária, talvez o acontecimento mais crucial do dia de on-

tem. Esta madrugada, como previsto, o general Vasco Gonçalves partia para Cabo Verde chefiando a delegação portuguesa às cerimónias da independência do arquipélago. A curva de tensão desceu, precedendo um fim-de-semana em que o M.F.A. preparará aturadamente a sua assembleia da próxima terça-feira.

UM «PUZZLE» A DESMONTAR

Que parecia criadas as condições para uma significativa ruptura na vida política nacional, não restam disso dúvidas.

Tentemos então desmontar o «puzzle».

Conflitos laborais foram-se agudizando nas últimas semanas. Casos mais flagrantes: «República», Rádio Renascença e T.L.P. Por outro lado era a Lei de Imprensa posta em causa; por outro anunciava-se a nacionalização da Rádio; por outro ainda reclamava-se a cabeça de um ministro comunista e deterioravam-se as comunicações em Lisboa. Se quisermos utilizar aqui uma imagem da meteorologia, diremos que um centro de baixas pressões pairava sobre a capital do País.

Continua na pág. 9

CABO VERDE, ANO UM



Desde as zero horas de hoje que em pleno Atlântico nasceu um novo país. Seu nome: Cabo Verde.

A bandeira portuguesa abandonou, pois, mais um território do longo império colonial. Cabo Verde e Portugal olham-se agora em clima de igualdade, de respeito mútuo, de amizade. Ambos os povos, o português e o cabo-verdiano, percorrem a partir de hoje um caminho de luta comum: contra a opressão, pela liberdade, pelo progresso social, e pela independência nacional. Nenhum dos povos está disposto a aceitar dependências, ou a permitir a manutenção do sistema de exploração do homem pelo homem.

As zero horas nasceu no Atlântico um país que traçou o seu caminho marítimo para a liberdade: Cabo Verde. Mas um nome percorreu também as praias do arquipélago: Amílcar Cabral, herói do povo e fundador da nacionalidade.

Sobre o acontecimento publicamos um caderno especial com a colaboração de Fernando Assis Pacheco, Alexandre Oliveira, Eugénio Alves, Luís Sittau Monteiro e José A. Salvador, além de desenvolvido noticiário.

Primeira madrugada do novo Estado

CIDADE DA PRAIA, 5 (Do nosso enviado especial Luís Sittau Monteiro) — A primeira sessão da Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde teve lugar ontem à tarde no edifício da Câmara Municipal da Cidade da Praia com a presença do comodoro Almeida d'Eça, alto-comissário português. Dirigindo-se aos novos deputados, Aristides Pereira propôs que a mesa fosse constituída por um delegado do secretariado permanente do P. A. I. G. C. e pelos dois deputados mais idosos da Assembleia. A moção foi votada por unanimidade tendo Osvaldo Lopes da Silva, do secretariado, Lineu Miranda e Manuel Barros tomado imedia-

tamente os seus lugares. O presidente da mesa pediu em seguida à Imprensa para abandonar a sala, explicando que a primeira sessão se destinava à discussão de questões internas. A ordem dos trabalhos foi a seguinte: aprovação do texto da Proclamação da República, aprovação do projecto de lei sobre a Organização Política do Estado, eleição do chefe de Estado, eleição do primeiro-ministro, aprovação de um projecto de lei atribuindo a Amílcar Cabral o título de fundador da nacionalidade, discussão de leis consagrando o dia 12 de Setembro como Dia Nacional e instituindo a medalha Amílcar Cabral.

Enquanto durava a sessão, uma imensa multidão aguardava na Praça Velha o início dos festejos oficialmente marcados para as 0 horas. Grupos cantando e dançando começaram a percorrer a cidade por volta das 18 horas sem que o seu entusiasmo esmorecesse com os sucessivos cortes da luz que deixaram várias vezes a cidade às escuras.

A sessão prolongou-se até às 21 horas, em grande parte devido à falta de energia eléctrica. À saída, os deputados foram acossados por uma multidão de jornalistas interessados em saber o nome do chefe do novo Estado mas nenhum conseguiu os seus intentos.

Pouco depois de terminada a 1.ª sessão da Assembleia Nacional Popular, o alto-comissário deu uma conferência de Imprensa, no Palácio do Governo, durante a qual leu a sua última mensagem ao povo de Cabo Verde. Nesta mensagem, depois de referir a actuação do Governo de Transição e o espírito de cooperação que presidiu as negociações que levaram à independência da antiga colónia, o comodoro Almeida d'Eça falou do futuro do novo Estado e da rapidez com que a O. N. U. respondeu ao apelo que lhe foi feito, classificando-

Continua na pág. 10

CRÓNICA DO MAIS LONGO DIA DE BOATOS

(Pág. 9)

LEVANTADA A CENSURA SOBRE O PAÍS BASCO

(Página 13)

REFORMA AGRÁRIA FINALMENTE

Quase 15 meses depois de 25 de Abril, quase dez meses após o 26 de Setembro, cinco meses após o 11 de Março, no dia 4 de Julho de 1975, arranca finalmente uma das medidas fundamentais da Revolução Portuguesa: a Reforma Agrária.

Lei basilar de todo o processo, tinha já sido decidida pelo Conselho Superior da Revolução mas, perante a impaciência dos trabalhadores que a ela se tinham adiantado e foram em grande parte responsáveis pelo seu avanço, emparrara nos Ministérios e começava a fazer perigar muita coisa. A pressão dos últimos dias no sentido de uma decisão urgente, a tensão provocada por conflitos laborais desencontrados, a campanha de boatos e um negável clima de discussão política talvez não sejam alheios à expectativa da aprovação dos diplomas que fazem arrancar a Reforma Agrária. Com ela vai cair um dos bastiões da exploração e da reacção em Portugal; com ela, espera-se corrigir finalmente muitas das injustiças de que o nosso povo é vítima desde há muitos séculos.